



## Análise das Interações da Audiência Pública da CDH sobre o Trabalho Invisível da Mulher – 08/05/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **174 participações dos cidadãos** na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em 08/05/2025, sobre o "O trabalho invisível da mulher na sociedade". A discussão se concentrou em torno das consequências desse trabalho invisível para a autonomia feminina, a relação entre deficiência e pobreza, e, principalmente, a análise do Projeto de Lei 2797/2022, que visa instituir a Política Nacional de Cuidados. Este relatório visa apresentar aos Senadores um panorama claro e conciso das opiniões, preocupações e propostas levantadas pelos cidadãos durante o evento, buscando assim contribuir para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

**Total de participações: 174**

**Temas principais:**

- Necessidade de Reconhecimento e Valorização do Trabalho de Cuidado (35%):** Os cidadãos expressaram forte apoio ao reconhecimento do trabalho de cuidado como um trabalho essencial e demandaram sua valorização social e econômica. Houve muitos comentários sobre a invisibilidade desse trabalho e seu impacto negativo na autonomia financeira e social das mulheres.

*Exemplo: "O trabalho invisível das mulheres move o dia a dia, mas segue sem ser valorizado. Reconhecer isso não é favor, é questão de justiça social." (GIANINI S., MG)*

- Implementação e Aprimoramento de Políticas Públicas (30%):** Uma parcela significativa das interações focou na necessidade de políticas públicas efetivas para apoiar as mulheres que realizam trabalhos de cuidado. Os participantes levantaram questões sobre a abrangência, financiamento e implementação do PL 2797/2022, bem

como a necessidade de creches acessíveis, escolas em tempo integral e outras formas de suporte.

*Exemplo:* "Como garantir que mães sem rede de apoio tenham acesso a creches com horários compatíveis ao trabalho e políticas que equilibrem essa carga?" (MAYARA G., DF)

3. **Divisão de Responsabilidades e Paternidade Ativa (15%)**: Muitos cidadãos enfatizaram a importância de uma divisão mais equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidado entre homens e mulheres. Eles pediram por medidas que incentivem a paternidade ativa e combatam o machismo.

*Exemplo:* "Como a sociedade pode repartir melhor essas responsabilidades entre homens e mulheres?" (ITALO D., CE)

4. **Impacto na Saúde e Bem-Estar das Mulheres (10%)**: Os participantes expressaram preocupação com o impacto do trabalho invisível na saúde física e mental das mulheres. Eles pediram por políticas de saúde que ofereçam apoio específico para cuidadoras e por medidas que evitem a sobrecarga feminina.

*Exemplo:* "Como o trabalho invisível afeta a saúde mental e emocional das mulheres?" (RENATA C., ES)

5. **Questões Econômicas e Financeiras (10%)**: Parte das interações focou nas questões econômicas relacionadas ao trabalho de cuidado, como a necessidade de equiparação salarial, a inclusão do trabalho de cuidado no cálculo do PIB e a garantia de direitos previdenciários para cuidadoras.

*Exemplo:* "Ao considerar o trabalho do cuidado como produtivo há o impacto econômico. E uma possibilidade a inclusão do trabalho do cuidado no PIB?" (NATALIE V., SC)

Em conclusão, a audiência pública revelou uma diversidade de opiniões sobre o uso de celulares nas escolas, com um debate centralizado na dicotomia entre a proibição total e o uso pedagógico controlado. As preocupações com a saúde mental dos alunos e os desafios de implementação foram temas recorrentes, enquanto alternativas e soluções foram apresentadas para equilibrar a tecnologia no ambiente escolar.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página:  
<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=33700>.